

EMENTA: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**. FIXAÇÃO DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR EM FACE DA COMPETÊNCIA LEGALMENTE ATRIBUÍDA AOS AGENTES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO PARA APLICAR PENALIDADES EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA CONSTATADO EM AÇÕES FISCAIS. O inciso III do artigo 129 da Constituição c/c com o inciso III do artigo 83 da Lei Complementar nº 85, conferem legitimidade ao Ministério Público do Trabalho para a promoção da **ação civil pública**, disciplinada por meio da Lei 7.374/85, a qual, em seu art. 3º, expressamente, prevê que "A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer ." Portanto, verifica-se que o MPT tem sim interesse processual - caracterizado pelo binômio necessidade/utilidade - em formular ao juízo a pretensão de se impor à ré multa pelo eventual descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, objeto da **ação civil pública**. Ademais, a prerrogativa legalmente atribuída às Delegacias Regionais do Trabalho para a imposição de penalidades aos infratores das leis trabalhistas no exercício do Poder de Polícia do Estado não exclui, inviabiliza ou retira do Ministério Público a titularidade do direito-dever institucional de promover a **ação civil pública**, eis que este exclusivo direito de ação decorre de expressa determinação legal, acima referida (incisos III dos artigos. 129 da Constituição e 83 da Lei Complementar 7. 374/85).